

A Onda de Protestos e Greves no Governo Dilma (2011-2016)

La ola de protestas y huelgas durante el gobierno de Dilma Rousseff (2011–2016)

The Wave of Protests and Strikes during Dilma Rousseff's Administration (2011–2016)



Cauê Vieira Campos¹

Resumo

O Brasil foi sacudido por uma *Onda de Protestos e Greves* entre 2011 e 2016, desestabilizando o *establishment* e os mais diversos atores políticos. Analisamos o contexto político-econômico que levou a este cenário, através da conformação da Frente Neodesenvolvimentista que sustentou os governos do PT de 2003 a 2016, e os desdobramentos socioeconômicos que levaram a sua queda e a eclosão da *Onda*. Nesse sentido, inserimos a análise em um contexto mundial, desencadeado pela Crise financeira de 2008 – que alterou os movimentos sociais e as análises sobre eles, trazendo as questões materiais de volta pro centro do debate. Nesse contexto, o governo Dilma opera *zigzague* entre a heterodoxia e a ortodoxia econômica, abrindo a Estrutura de Oportunidades Políticas para os conflitos que formam essa *Onda*, passamos então para análise deles, principalmente, das greves que fizeram parte da *Onda*, a partir dos dados do DIEESE. Finalizamos refletindo sobre os perigos de protestar durante governos progressistas à luz da experiência brasileira.

Palabras clave: Onda de Protestos- Conflitos Políticos- Greves- Neodesenvolvimentismo- Governos progressistas;

Resumen

Brasil fue sacudido por una *Ola de Protestas y Huelgas* entre 2011 y 2016, que desestabilizaron al *establishment* y a los más diversos actores políticos. Analizamos el contexto político-económico que condujo a este escenario, a través de la formación del Frente Neodesarrollista que apoyó a los gobiernos del PT de 2003 a 2016, y los desarrollos socioeconómicos que llevaron a su caída y al estallido de la *Ola*. En este sentido, insertamos el análisis en un contexto global, desencadenado por la crisis financiera de 2008, que cambió los movimientos sociales y los análisis sobre ellos, volviendo a colocar las cuestiones materiales en el centro del debate. En este contexto, el gobierno de Dilma opera un zigzag entre la heterodoxia y la ortodoxia económica, abriendo la Estructura de Oportunidades Políticas a los conflictos que forman esta *Ola*. Pasamos luego a analizarlos, principalmente las huelgas que formaron parte de la *Ola*, a partir de los datos del DIEESE. Concluimos

¹ Doutor em Ciências Políticas pelo Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. cauecampos@protonmail.com

reflexionando sobre los peligros de protestar durante gobiernos progresistas a la luz de la experiencia brasileña.

Palabras clave: Olas de protestas- Conflicto político -Huelgas -Neodesarrollismo- Gobiernos progresistas.

ABSTRACT

Brazil was shaken by a *Wave of Protests and Strikes* between 2011 and 2016, destabilizing the establishment and the most diverse political actors. We analyze the political-economic context that led to this scenario, through the formation of the Neodevelopmentalist Front that supported the PT governments from 2003 to 2016, and the socioeconomic developments that led to its fall and the outbreak of the *Wave*. In this sense, we insert the analysis in a global context, triggered by the 2008 financial crisis – which changed social movements and the analyses of them, bringing material issues back to the center of the debate. In this context, the Dilma government operates a zigzag between economic heterodoxy and orthodoxy, opening the Structure of Political Opportunities to the conflicts that form this *Wave*. We then move on to analyze them, mainly the strikes that were part of the *Wave*, based on DIEESE data. We conclude by reflecting on the dangers of protesting during progressive governments in light of the Brazilian experience.

Keywords: Waves of protests- Political Conflict- Strikes- Neodevelopmentalism - Progressive governments

Introdução

Nos anos 2010, a vida política brasileira foi vertiginosa. No começo da década, o país crescia economicamente e distribuía renda, ainda que de forma tímida, em um governo progressista; ao fim do período, encontrávamo-nos em um governo ultraneoliberal² e ultrareacionário, com nuances neofascistas³. Neste artigo defendemos que é possível compreender este cenário se observarmos a *Onda de Protestos e Greves* que ocorreu no país entre 2011 e 2016.

Para isso, buscamos contextualizar a conformação da Frente Neodesenvolvimentista⁴ que levou o Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo em 2002; passando pela Crise econômica de 2008 e o que chamamos de *zigzague* econômico do governo Dilma – da heterodoxia à ortodoxia em poucos anos.

Este *zigzague* econômico modificou a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP)⁵, abrindo uma janela de oportunidades de mobilização de diversos atores sociais e políticos; neste contexto, propomos a análise dos protestos e greves através dos dados do SAG-DIEESE⁶ e da cobertura dos protestos pelos meios de comunicação. Concluímos refletindo sobre os perigos de protestar durante governos progressistas à luz da experiência brasileira.

1. Metodologia

A crise financeira global de 2008 abriu oportunidades não só para os movimentos sociais, provocando uma *Onda de Protestos e Greves* mundial, mas também exigiu dos estudiosos dos movimentos sociais que se reinventassem para conseguir interpretar os confrontos políticos que eclodiam em todos os países. Depois de teses do “fim da luta de classes”, da “vitória do capitalismo”, e da percepção de que os conflitos culturais teriam superado definitivamente os conflitos materiais, a crise coloca as questões estruturais de volta às discussões sobre os movimentos sociais.

Desta forma, partimos de uma perspectiva teórica e metodológica, na qual estrutura social e contexto político-econômico importam para explicarmos conflitos sociais – sem diminuir a importância das clivagens culturais. Por isso, realizaremos três movimentos neste artigo: a) uma breve explicação do conceito de *Onda de Protestos e Greves*; b) uma revisão

² Como percebe Fontes (2020), o ultraneoliberalismo é o aprofundamento das políticas econômicas neoliberais a níveis catastróficos. De certa forma metaforicamente, podemos dizer que o neoliberalismo é o “Estado Mínimo” para os que mais precisam, no ultraliberalismo abandona-se completamente os de baixo, promovendo uma transferência de renda ao contrários dos mais pobres para o grande capital.

³ Entendemos que o movimento bolsonarismo é de cunho neofascista – isto é, um movimento de massas reacionário, violento, misógino e racista, que busca instaurar uma ditadura no Brasil. Utilizamos o prefixo *neo* para diferencia-lo do fascismo histórico, e, por aglutinar, ideologias neoliberais na política econômica. Contudo, não entendemos que ocorreu a instauração de um regime neofascista no país, ainda que combatidas as instituições democráticas brasileiras demonstram firmeza para resistir ao golpe de Estado de 2022/23.

⁴ Partimos da compreensão elaborada por Boito (2018) e outros autores sobre a conformação de uma frente neodesenvolvimentista no Brasil, a partir do primeiro mandato de Lula; explicaremos detalhadamente essa compreensão a frente.

⁵ Conceito analítico desenvolvido por Tarrow que permite perceber como as mudanças nas condições econômicas e políticas restringem ou facilitam a ação coletiva.

⁶ Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

bibliográfica do contexto político-econômico brasileiro no século XXI; c) finalizando com a análise da *Onda* em si e das greves ocorridas nesse período.

Para catalogarmos os protestos deste período utilizamos a metodologia de análise de eventos de protesto (AEP), tendo como base de dados os jornais e revistas de grandes circulação, em conjunto com as comunicações em redes sociais. (Olsak, 1989; Koopmans e Rucht, 2002; Hutter, 2014).

Já os dados das greves são fornecidos pelo SAG-DIEESE. A partir dessas informações, elaboramos gráficos e tabelas e a análise dos conceitos. Esse banco de dados sistematiza todas as greves ocorridas no território nacional, segmentando por esfera produtiva e setor econômico; utilizamos também os dados de 2003 a 2016, exatamente, para comparar a *Onda* com o período imediatamente anterior, que foi de calmaria dos movimentos sociais.

Entendemos as greves e os protestos como expressão de um mesmo fenômeno, isto é, os confrontos políticos, com a diferenciação dos atores sociais destas confrontações – sendo a greve especificamente de trabalhadores e os protestos podendo ser mais heterogêneo social e politicamente. Por isso, apenas acrescentamos as “greves” ao termo “onda de protestos” – sendo elas nosso principal enfoque neste trabalho.

2. A Onda de Greves e Protestos

A Teoria do Confronto Político (TCP) adota geralmente o conceito de “ciclo de protestos”, definido como Fase do conflito acentuado que atravessa um sistema social. Colin Barker (2014)⁷ se apropria do conceito, mas prefere utilizar outro termo: *Onda de protestos*. Com isso, pretende evitar a ideia de que os períodos dos protestos sejam cíclicos, isto é, retornem ao mesmo ponto de partida: “O termo ‘ciclo’ pode ser inapropriado, na medida em que ondas de protesto e suas contrárias parecem não seguir nenhum ‘padrão cíclico’ ou ‘trajetória econômica’”. (Barker, 2014, p. 10). Concordando com o autor, consideramos que a ideia de “*Onda*” é mais apropriada para captar os momentos de “ascensão” e “queda” dos protestos.

Segundo Tarrow (2009), para existir um ciclo de protesto, é preciso uma mudança na EOP de um país ou região, de modo a permitir que os agentes políticos se tornem mais dispostos a ações coletivas. No caso abordado, acreditamos que a mudança da EOP é exatamente o ziguezague econômico promovido no governo Dilma; para a classe dominante, com a desaceleração da economia, deixa de ser vantajoso conceder a direção política da frente, e torna-se possível um governo “puro sangue” que permita políticas austeras aos trabalhadores; já para “os de baixo”, a oscilação significou: a) situação de quase pleno emprego (aproximadamente 5,5% de desempregados no triênio apenas); b) uma sensação de corrosão do salário pela inflação; e c) desaceleração do crescimento econômico. Esses três elementos juntos dão a sensação ao trabalhador de que ele estaria sendo “passado para trás”, como se todos ganhassem, menos ele, e, por isso, manifestam-se, protestam e fazem greves como poucas vezes na história.

Gostaríamos de destacar quatro características das *Ondas* de protestos e greves importantes para compreender o cenário brasileiro entre 2011 e 2016:

- 1) Existência de “madrugadores” (Tatagiba, 2014) ou “iniciadores” (Mcadam, 1995). Para Tarrow (2009, p. 194), são aqueles atores políticos que se mobilizam antes do ápice da *Onda* e que, de certa forma, inesperadamente conquistam resultados

⁷ Nós tentamos fazer uma aproximação teórica entre a TCP com o marxismo, acreditando que partem de patamares próximos e complementam-se, favorecendo melhores análises sobre os movimentos sociais e sindicais.

positivo. A percepção do sucesso dos “madrugadores” faz com que outros atores políticos lancem-se em protestos.

- 2) Não se desenvolvem linearmente após as primeiras mobilizações tampouco, em crescimento contínuo. O funcionamento dos ciclos apresenta-se mais na forma de *Ondas*, ou seja, há momentos de maior e menor mobilização. (TILLY, 1996, p. 35).
- 3) Uma mesma *Onda* pode acomodar atores e demandas distintos, pois ela é a marca da instabilidade do *establishment*, comportando mobilizações por alterações na estrutura estatal e societal, mas também pela manutenção do *status quo* (Tarrow, 2009, p. 185). Em consonância com Tarrow, Barker argumenta que, dentro de uma mesma *Onda*, é possível existir forças contraditórias entre si, disputando os rumos do país ou região e que, a partir disso, podem resultar em cenários distintos. Assim, “a maneira como essas tendências opostas se desenrolam fornece uma forma geral para o progresso da *Onda*” (Barker, 2014, p. 13).
- 4) Grupos e categorias transformam e reinventam seus repertórios conforme a necessidade do momento, ou passam a utilizar repertórios bem-sucedidos em protestos liderados por outros agentes e movimentos. Disto decorre também a capacidade inovadora dos repertórios nos períodos de ascensão dos movimentos – inclusive a transferência de experiência de seções mais “avançadas” para mais “atrasadas do movimento” (Barker, 2014, p. 9).

Desdobrando a análise conjunta dessas características podemos perceber que uma *Onda* de protestos e greves tem distintos momentos ao longo do processo, e com desencadeamentos incertos ao início dela. Ou seja, o resultado final dela será as disputas entre os atores políticos que ocorrem ao longo da *Onda*. Inclusive, não necessariamente os iniciadores serão responsáveis por sua conclusão, ou mesmo sairão como vitoriosos. Esse esclarecimento é importante, sobretudo, no Brasil dos anos 2010, pois um setor importante da literatura responsabilizará as “Jornadas de Junho” pela queda de Dilma (Singer, 2015; Santos; Szwako, 2016), ou ascensão do governo proto-neofascista⁸ de Jair Bolsonaro – acreditamos que este é um erro analítico. Passemos, enfim, a análise dos fatos.

3. Lula 1 e 2: da ortodoxia à heterodoxia

A principal liderança sindical da história do Brasil, Lula da Silva, assume a presidência da República em um momento de enfraquecimento do movimento sindical nas disputas políticas do país, com diminuição dos índices de greves e sindicalização⁹. Isso ocorreu após a década de 1990, na qual o receituário neoliberal nos anos Collor, Itamar e FHC foi aplicado à risca. Se, na década de 1980, o movimento sindical estava politicamente efervescente e na ofensiva (realizando greves, conquistando direitos e aumentos salariais reais), a seguinte foi marcada por desemprego, informalidade no trabalho (IPEA, 2000), retiradas de direitos, arrocho salarial e diminuição das greves (Noronha, 2009; Boito e Marcelino, 2010).

⁸ Acrescentamos o prefixo *proto* para demonstrar que é um governo em processo de fascistização; caracterizamos que ao longo dos anos, havia uma disputa entre a direita “tradicional” e o núcleo neofascista, este tentou hegemonizar-se após a tentativa de golpe de Estado em 2022/23, mas foi derrotado.

⁹ Para maiores informações do impacto da “década neoliberal” no sindicalismo brasileiro, cf. Cardoso (2003).

A aplicação do programa do Consenso de Washington não afetou só a classe trabalhadora. A burguesia interna¹⁰ também sofreu com a financeirização e desindustrialização da economia brasileira. Isso abriu espaço para que o PT capitaneasse a “Frente Neodesenvolvimentista” (Boito, 2018) vencendo a eleição de 2002 contra José Serra, do PSDB¹¹, representante máximo à época dos interesses do capital internacional e da burguesia associada. Em contraponto a essa “Frente Neoliberal”, a Frente Neodesenvolvimentista conformou-se através de uma aliança eleitoral entre a burguesia interna, a classe trabalhadora organizada e a massa marginal¹².

Ao longo dos anos 1990, a ofensiva neoliberal aguçou as diferenças entre as frações da grande burguesia, empurrando a burguesia interna para um acordo tático com os trabalhadores: a necessidade de investimento na indústria nacional, principalmente, voltado para o consumo interno e exportação de *commodities*. Por isso, a burguesia interna concede que Lula e o PT governem em seu nome aplicando o projeto neodesenvolvimentista – desenvolvimentismo sob os limites da égide neoliberal. Assim, a classe trabalhadora esperava políticas de valorização do salário mínimo e transferência de renda, principalmente para os setores da massa marginal, e a burguesia interna contava com o financiamento das grandes empresas nacionais, mercado interno e favorecimento a exportações.

A burguesia interna precisa de Lula para vencer as eleições e assim superar o capital financeiro na disputa pela hegemonia do bloco no poder, já que ele era visto como o representante máximo da classe trabalhadora e estabelecia uma relação populista com a massa marginal (Boito, 2018). Vamos, então, passar pelos treze anos de governos petistas para compreender o contexto socioeconômico e político brasileiro que dá origem a *Onda de Protestos e Greves* durante o governo Dilma (2011-2016).

Lula 1 (2003-2007)

Como o próprio governo assumiu¹³, o primeiro mandato de Lula havia sido para “arrumar a casa”, isso queria dizer que haviam sido introduzidas medidas ortodoxas na economia e mais austeras para a classe trabalhadora.¹⁴ Como a Reforma da Previdência, que atendia as exigências do conjunto da burguesia¹⁵ a fim de evitar o que Leda Paulani chamou de “terrorismo econômico”, quando setores burgueses promoveram:

[...] a ideia de que a economia iria se desfazer como gelatina, derreter como manteiga e sair do ‘controle’ na hipótese de Lula vencer foi se disseminando despididamente e sendo ‘confirmada’, num claro movimento de profecia que se autorrealiza, pela

¹⁰ Segundo Poulantzas (*apud* BOITO, 2018), trata-se de uma burguesia intermediária entre a burguesia nacional – que busca ter um projeto forte e independente do imperialismo – e uma burguesia compradora – completamente atrelada e dependente do modelo imperialista. Ou seja, ao passo que a burguesia brasileira tem interesses próprios e os defende, buscando localizar-se sem conflitos como “sócia prioritária” do capital estrangeiro, a burguesia compradora mantém interesses diretamente subordinados ao capital estrangeiro. Essa fração não tem base de acumulação própria e geralmente tem sua atividade ligada ao latifúndio e à especulação financeira. Desse modo, ela serve de intermediária direta para a implantação e reprodução do capital estrangeiro no interior do país.

¹¹ Partido da Social Democracia Brasileira

¹² Cf. KOWARICK, 1975; NUN, 1978; e OLIVEIRA, 2010.

¹³ Ao lançar o PAC 2, em 2010 (Comitê Gestor do PAC, 2010, p. 3).

¹⁴ Cf. Galvão (2012); Boito *et al.* (2014); Araújo; Oliveira (2014); Braga (2015).

¹⁵ Ainda que as frações internas e rentistas do capital divergissem em alguns aspectos importantes da política econômica, tinham acordo na necessidade redução dos “gastos sociais” do Estado e das empresas.

queda das bolsas, subida do dólar e consequentes impactos sobre o nível de preços. (Paulani, 2014).¹⁶

Araújo e Oliveira (2014), corroboram percebendo que concomitantemente o governo aplicava uma agenda de forte impacto social, objetivando uma transição para uma sociedade menos desigual sem “rupturas”. Contudo, com a Reforma da Previdência houve descontentamentos nas camadas de baixo e de velhos aliados, levando a uma greve com marcha a Brasília com 50 mil manifestantes contra a Reforma, à revelia da direção majoritária da CUT¹⁷.

Essa situação aprofunda a crise causando o primeiro movimento de diáspora da central¹⁸. Para além disso, Marcelino (2017) percebe que há um reaquecimento da ação grevista, especialmente, depois 2004. Esse crescimento se deve, principalmente, às melhores condições de mercado de trabalho e ao aumento dos canais de comunicação entre Estado e trabalhadores.

O fim do primeiro mandato de Lula, ainda, ficou marcado pela “Crise do Mensalão”¹⁹ e – ao contrário do que esperava o capital financeiro – resultou no fortalecimento da relação entre o governo do PT e a burguesia interna, como demonstra Boito (2018, p. 75-89). Após as denúncias de corrupção, em abril de 2006, Palocci foi substituído por Mantega no Ministério da Fazenda, mudança que foi saudada pela FIESP²⁰, que via Palocci como muito ortodoxo e Mantega mais heterodoxo, deixando mais evidente a política neodesenvolvimentista. Não por acaso, meses depois de Mantega assumir o Ministério, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²¹.

Lula 2 (2007-2011)

Em síntese, podemos afirmar que o segundo governo Lula (2007-2011) foi sustentado no tripé econômico: 1) distribuição de renda, através do Bolsa Família e da política de valorização do salário mínimo; 2) expansão do crédito pessoal, com redução dos juros pelos bancos públicos; e 3) investimento públicos, através principalmente do PAC e da facilitação do crédito a empresas pelo BNDES²².

Esse tripé estava inserido em um cenário global de *boom de commodities*. Por isso, os investimentos públicos, focados principalmente no PAC, acabaram por reafirmar o Brasil como

¹⁶ Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/10/20/leda-paulani-terrorismo-economico/>>. Acessado em 4/11/22.

¹⁷ Central Única dos Trabalhadores.

¹⁸ Além da criação da Intersindical e da Conlutas, em 2007, o Partido Comunista do Brasil rompe com a CUT para formar a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Após uma tentativa de fusão frustrada em 2010 entre Intersindical e Conlutas, esta se torna CSP-Conlutas, e surgem duas Intersindicais distintas – uma que se torna central em 2014 e outra que avalia que não existe condições para criação de uma nova central, e propõe atuação dentro e fora das demais centrais.

¹⁹ Trata-se de uma crise política iniciada a partir de denúncias do então deputado federal Roberto Jefferson, acerca do pagamento de “mensalidades” aos deputados pelo governo para aprovação de projetos de interesse do Executivo, principalmente para políticos filiados a partidos do “Centrão” (PL, PP, PTB e PMDB). Ainda que tenha havido condenações e evidências dos delitos, não se pode negar a intenção de desestabilização e eventual *impeachment* de Lula, promovido pelo PSDB, principal representante do capital financeiro no cenário político brasileiro.

²⁰ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

²¹ O PAC foi lançado por Lula, no início do seu segundo mandato, tinha como objetivo colocar fim a diversos entraves à produção e ao escoamento dos produtos, o que seria feito através do incentivo à construção civil e da ampliação de usinas hidrelétricas, refinarias de petróleo, estradas, portos e aeroportos. Os PAC 1 e 2 (já no governo Dilma) totalizando quase 2 trilhões de reais em investimentos, através de financiamentos do BNDS e Parcerias Público-Privadas (PPP).

²² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

primário-exportador, tornando nossa economia muito dependente da exportação de produtos agrícolas (soja, laranja, proteína animal, etc.) e minerais (petróleo cru, minério de ferro, etc.).

Essa política econômica é contraditória por diversos fatores: a) aprofunda a desindustrialização da economia brasileira; b) gera empregos, que embora com salários mais baixos e precarizados, como os dos setores agrícola, serviços e construção civil, suprindo, por outro lado, uma demanda histórica de postos para trabalhadores com baixa ou nenhuma formação; c) não ajuda a promover avanços tecnológicos e ganhos de produtividade para a indústria nacional; e d) permite o equilíbrio das contas externas ao trazer moedas fortes para o país²³.

À primeira vista, parecer ser uma política “ganha-ganha”: geram-se empregos para os trabalhadores, principalmente para a massa marginal, a burguesia interna produz mais, o capital financeiro ganha com o pagamento dos juros da dívida. Contudo, quando há uma crise internacional (2008) que derruba o preço dessas *commodities* e uma operação que acaba por destruir setores da construção civil e petróleo, como a Operação Lava Jato²⁴ (2014), tudo desmancha-se no ar.

4. Crise de 2008 e o ziguezague econômico

Em 2011, Dilma chega ao poder, mantendo a Frente neodesenvolvimentista, em um contexto de crescimento econômico, tímida distribuição de renda, alta aprovação de Lula²⁵, ampliação do diálogo com os movimentos sociais, rupturas na cúpula sindical e reaquecimento da ação grevista nas bases (BOITO e MARCELINO, 2010). Esse crescimento econômico se deu, apesar da crise global econômica de 2008, que se não é “marolinha”²⁶ como Lula previu, atinge o Brasil com menos força e só mais tardiamente, 2014, com efeitos mais profundos – muito devido ao PAC.

A crise global de 2008 transforma o cenário dos confrontos sociais, recuperando as disputas econômicas que haviam perdido espaço para as disputas culturais nas décadas anteriores, e coloca o capitalismo e modelo de Estado em questão em todo o mundo. Como aponta Della Porta (2015, p. 115-116), os confrontos decorrentes da crise de 2008 são marcadamente provocados pelos (des)mandos do neoliberalismo e pela quebra da legitimidade de seus governos, ou seja, são o choque das populações contra a reestruturação produtiva e a política

²³ O governo estimula a produção para exportação, assim, obtém moedas fortes, equilibrando as contas externas e o câmbio. Assim, os dólares obtidos são destinados para o pagamento dos juros da dívida. Portanto, estimula-se a produção (favorecendo a burguesia interna), mas não qualquer produção, e sim aquela que favorece mais o capital financeiro.

²⁴ Conjunto de investigações promovidas pela Polícia Federal (PF) do Brasil a partir de 2014, acerca de casos de corrupção envolvendo megaconstrutoras, Petrobrás e atores políticos em diversos níveis do Estado brasileiro. O Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba criou uma força-tarefa para investigar conjuntamente com a PF e teve o juiz federal da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sérgio Moro, como responsável pelo julgamento em primeira instância. A assim denominada “Operação Lava Jato” foi responsável pela prisão do até então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por seu impedimento de concorrer ao pleito eleitoral de 2018. Com a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da República, Moro tornou-se ministro da Justiça e Segurança Pública. Em 2019, o *site* de notícias The Intercept e o jornalista Glen Greenwald divulgaram mensagens envolvendo os promotores do MPF e Sérgio Moro, provando a seletividade e parcialidade da força-tarefa. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acessado em 22/06/2023.

²⁵ Cf. G1/Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acessado em 15/11/2022.

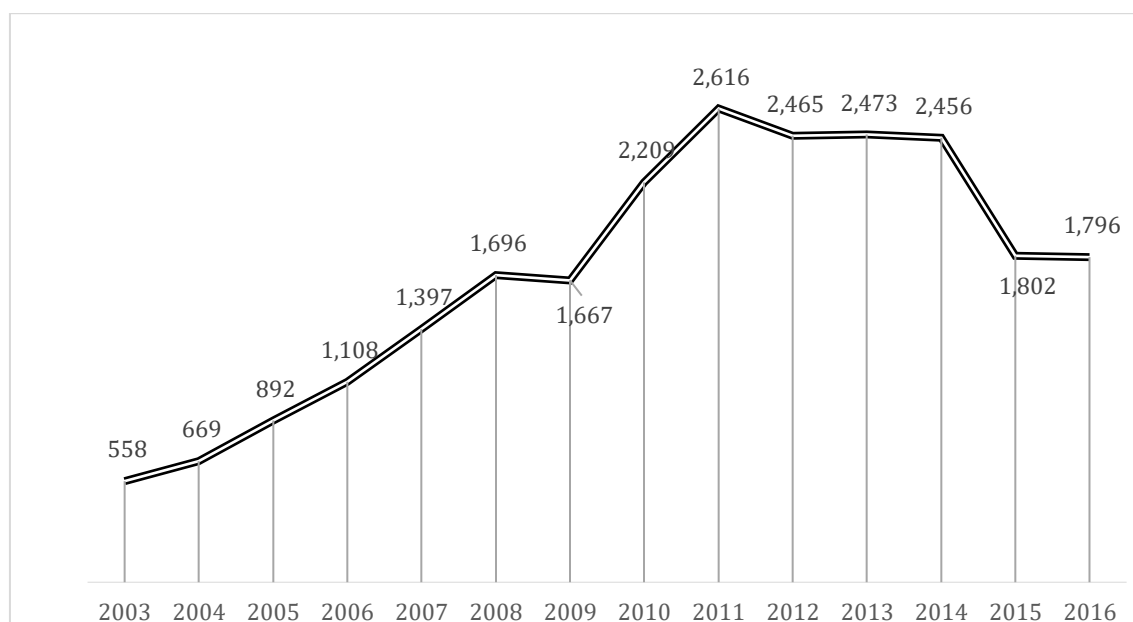
²⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crie-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acessado em 5/11/2022

de austeridade promovida por FMI²⁷, Banco Mundial, *Troika*²⁸, etc. Mas é também uma crise da democracia representativa, uma vez que as populações parecem confiar cada vez menos no voto e na representação como mecanismo decisório.

No Brasil, não foi diferente. Os rescaldos da crise de 2008 provocaram uma *Onda* de protestos e greves trazendo as questões materiais de volta para o centro da arena política; essa *Onda* tem seu cume nas “Jornadas de Junho” e *Onda* de greves objeto deste artigo.

No campo econômico, após a crise, o PAC passa a ter um caráter anticíclico, ou seja, atuar na contra tendência da economia, nesse caso, favorecer o investimento público e privado, quando o capital privado está desinvestindo; com isso espera-se um equilibrar e manter-se a economia aquecida, o que de certa maneira deu certo até 2014.

GRÁFICO 1: PIB Brasil (2003-2016) em dólares (USD)



Fonte: Banco Mundial – valores no dólar de 13/04/2025 – elaboração própria.

Nesse ínterim, alguns analistas passam a perceber um aprofundamento do desenvolvimentismo na política econômica de Dilma. Por exemplo, em dezembro de 2012, Holland²⁹ denominou essa agenda de “Nova Matriz Econômica” (NME); que consistia basicamente de seis pontos principais: redução da taxa básica de juros, desvalorização do real, contenção dos gastos e investimentos públicos, política de desoneração tributária, expansão do crédito do BNDES e congelamento das tarifas de energia.

Para Singer (2015), a NME era “ousada demais”, já que considerava a redução das taxas de juros e do *spread*³⁰ bancário afrontaria descomedidamente os interesses do capital financeiro, com quem se tentava conciliar. Já Carvalho (2018), chamou essa nova política econômica de

²⁷ Fundo Monetário Internacional.

²⁸ É um termo usado para se referir ao grupo de decisão único criado por três entidades: a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

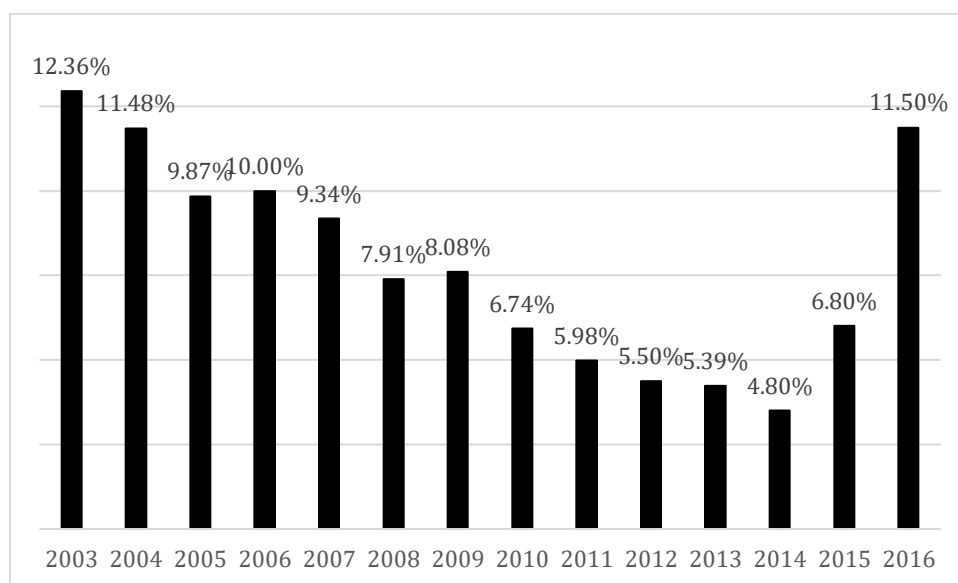
²⁹ Professor da Escola de Economia da FGV, à época Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Cf. <https://valor.globo.com/brasil/coluna/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland.ghtml> Acessado em 01/09/2024.

³⁰ A diferença percentual entre a taxa de juros cobrada pelos bancos nos empréstimos e a taxa de juros paga nos investimentos. Em outras palavras, é a diferença entre os juros que o banco paga para captar recursos e os juros cobrados para emprestar dinheiro.

“Agenda FIESP”. A autora utiliza essa federação como representação dos interesses da burguesia interna, que via na força da economia brasileira, no começo da década de 2010, residia também a sua fraqueza: um real muito valorizado, o que tinha relação com a elevada taxa de juros praticada no país, dificulta as exportações e facilita a importação, ou seja, dificulta o escoamento da produção brasileira e facilita a entrada de produtos importados para o consumo da população. Ambos os aspectos prejudicam sobremaneira o setor industrial.

Carvalho não vê heterodoxia ou “ousadia” em demasia. Para a autora a NME/Agenda FIESP não era assim tão progressista como parecia e tinha problemas em seu nascedouro. O setor industriário criticava o custo do trabalho devido à valorização do real frente ao dólar, mas também pelo aumento do valor pago pela mão de obra no país, tendo em vista a valorização da renda do trabalho dos anos anteriores e a situação de quase pleno emprego vivida no Brasil. Dessa forma, a saída encontrada pelo governo Dilma foi a desoneração da folha de pagamentos. Esperava-se que assim os industriais investissem na produção o valor economizado em impostos. Entretanto, não havia demanda, já que as famílias encontravam-se endividadas pela ampliação do consumo do período imediatamente anterior. Explicamos esses dois pontos, antes de prosseguir.

Gráfico 2 – Índice de Desemprego Médio no Brasil – 1994 a 2014³¹



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria.

Obviamente, o governo Dilma não poderia tomar as mesmas medidas adotadas por Lula anos antes, que reduziu impostos no preço final do produto, já que alguns ainda seguiam. A política seguida, então, não garantiu o investimento privado e ainda reduziu a capacidade de investimento do Estado, já que diminuiu a arrecadação. Isso custou um elevado preço nos anos seguintes: com o aprofundamento da crise econômica, o Estado não tinha capacidade de executar medidas anticíclicas, como havia feito em 2008/9. Em 2015, o investimento público caiu 37% e o investimento privado 13,9% (Carvalho, 2018, p. 105).

A relutância dos empresários em investir na produção brasileira pode ser sinal do “terrorismo econômico” (Paulani, 2014) aplicado, novamente, pela burguesia a partir de 2013 contra o

³¹ Não há continuidade do banco nestes anos, a PME permite comparar mais anos do que a PNAD-C, outra base de dados.

governo Dilma. Contudo, havia uma segunda falha nessa política. A demanda por produção baseada no consumo interno esbarrava no fato de que o aumento do consumo pelas famílias brasileiras dos últimos anos tinha ocorrido, principalmente, pela expansão do crédito, ou seja, mediante endividamento.

No governo Lula, havia uma demanda reprimida por produtos básicos. Contudo, o acesso a esses produtos foi garantido através de crédito pessoal. No governo Dilma, essa demanda já havia sido suprida e as famílias estavam buscando sanar os compromissos crediários assumidos. Ou seja, mesmo que as famílias quisessem ou precisassem consumir, teriam dificuldades, visto que seus orçamentos já estavam comprometidos com o endividamento dos anos anteriores.

Dessa forma, o crescimento econômico esperado não aconteceu e, com o decorrer do primeiro mandato de Dilma, a economia desacelerou, configurando, num primeiro momento, um cenário de estagnação (2011-2013) seguido por recessão (a partir de 2014), ver Gráfico 1.

Com o aprofundamento da crise econômica em 2014, setores do capital financeiro iniciaram um movimento para pressionar pela realocação do governo na atuação econômica. Como expresso por Volpon (2014), era preciso aplicar o “pragmatismo sob coação”. Assim, após sua reeleição, Dilma reorganizou seu governo de maneira a retomar uma matriz mais ortodoxa de gestão da economia. Tal arranjo provocou um clima de “estelionato eleitoral”³² e contribuiu para o afastamento da classe trabalhadora da base do governo (Marcelino e Galvão, 2020).

Neste cenário econômico de pano de fundo, os movimentos sociais – incluindo o sindicalismo – passaram longe da letargia nos anos Dilma. Quando poucos analistas esperavam, as greves saltaram de 555 (2011) para 879 em 2012, indicando que havia uma efervescência na classe trabalhadora. Afinal, movimentos importantes aconteceram nesse ano, principalmente por fora da estrutura sindical e nas obras do PAC, mas também greves nacionais de categorias “tradicionais”, como as dos docentes universitários e bancários. Como Tatagiba e Galvão (2019) percebem, em 2012, os protestos – além das greves – também tiveram um crescimento expressivo em relação ao ano anterior e já davam sinais da ebulição social vindoura.

Boito (2021) afirma que, enquanto houve crescimento econômico, a burguesia interna concedeu a liderança política da frente e o capital internacional tolerou a permanência do PT no governo federal. Entre outros motivos, porque o PT tem amplo apoio popular e legitimidade entre os movimentos sociais organizados. Contudo, quando a) as medidas econômicas adotadas pelo primeiro governo Dilma se mostraram infrutíferas e a crise se aprofunda, e b) os trabalhadores começaram a demonstrar seu descontentamento através das greves e protestos, (a+b), as classes dominantes passaram a rever seu apoio ao PT.

Primeiramente, tentam retirá-lo do poder democraticamente nas eleições de 2014, apostando em Aécio/PSDB como representante dessa frente neoliberal, mas o PT ainda concentrava lastro eleitoral para vencer, ainda que de forma apertada. Sem sucesso e com aprofundamento da crise promovem um golpe jurídico-parlamentar contra Dilma em 2016.

Enfim, no plano econômico podemos dividir o governo Dilma em dois períodos. Entre (1) 2011 e 2013 um aparente aprofundamento da política desenvolvimentista, limitada e equilibrada pela conciliação com o capital financeiro. Já (2) depois de 2014 até o fim do governo em 2016, há um forte retorno a ortodoxia neoliberal. Essa situação é o que chamamos de *zigzag* econômico do governo Dilma e que promovera realocação de frações de classes e de classes sociais que sustentavam a Frente Neodesenvolvimentista, representa a

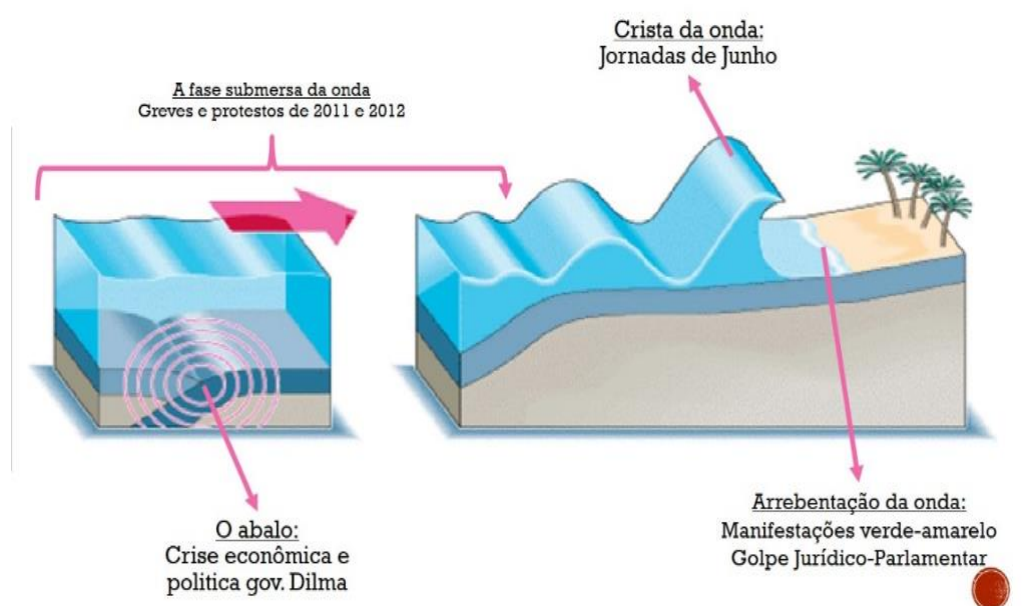
³²Cf. Domingues (2015) e Pimentel (2015).

mudança na EOP levando ao surgimento da *Onda de Protestos e Greves* e a própria derruba de Dilma.

5. A Onda Brasileira (2011-2016)

Como dito anteriormente, os movimentos sociais passaram longe da letargia durante o governo Dilma. Se já era percebido um crescimento de ações grevistas no segundo governo Lula (BOITO e MARCELINO, 2010), desde o primeiro ano dela na presidência já há um crescimento do número de greves (MARCELINO, 2017) e protestos (TATAGIBA e GALVÃO, 2019). Isso fará com que nós percebamos essa *Onda* entre 2011 e 2016, dividida em três tempos: 1) a fase submersa; 2) a crista da onda; e 3) arrebentação.

Figura 1 - As fases da Onda de Protestos e Greves brasileira entre 2011 e 2016



Fonte: Elaboração própria.

A fase submersa da Onda: madrugadores

A primeira manifestação dessa *Onda* é a greve/aquartelamento³³ dos bombeiros militares do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2011. A ela se seguiram diversas greves no setor da construção civil por todo o país, principalmente em 2011 e 2012; a FENATRACOP³⁴ anunciou que 580 mil trabalhadores do setor fizeram greve em 2011 e mais de 500 mil trabalhadores no ano seguinte.³⁵

³³ A situação de quartelamento se deve ao fato de os bombeiros serem considerados militares e, por isso, são impedidos, pela legislação, de realizar greves, que são consideradas insubordinação e crime militar.

³⁴ Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada.

³⁵ Força Sindical. Disponível em: <http://fsindical.org.br/midias/arquivo/b7ad40c7ceaa81105d870c9c6793e0f7%201-.pdf>. Acessado em 17/3/2016.

Menos de um mês depois dos bombeiros, os operários da obra da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau (RO³⁶) realizaram uma greve de repercussão nacional entre os dias 15 de março e 11 abril, iniciada após o desentendimento entre um operário do canteiro e um motorista de ônibus terceirizado, portanto, uma briga entre trabalhadores deflagrou uma greve que paralisou não só Jirau, mas também as obras da UHE de Santo Antônio, igualmente situada no município de Porto Velho (RO), paralisando um total de 38 mil trabalhadores.

Em novembro do mesmo ano, houve um primeiro pico de mobilização do setor da construção quando, simultaneamente, duas das maiores obras do país naquele momento paralisaram, à revelia da direção sindical: a UHE de Belo Monte (Pará) e o COMPERJ³⁷.

Já em março de 2012, data-base da categoria em Rondônia, quatro grandes projetos estavam paralisados simultaneamente: as UHE's de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e o COMPERJ. Nesse momento, 80 mil trabalhadores da construção civil realizavam greves no país. Todas essas greves se caracterizaram pela não participação do sindicato em sua eclosão e por conterem entre suas reivindicações a melhoria das condições trabalhistas e salariais.

Parece-nos que as greves dos operários da construção civil³⁸ são exatamente essa fase submersa da *Onda de protestos e greves*.³⁹ Dessa forma, já faziam parte da *Onda* que iria eclodir adiante, mas naquele momento não era possível percebê-las como pertencentes a essa dinâmica. A nosso ver, os operários da construção civil funcionaram não só como deflagradores dessa *Onda* de protesto, que tem seu ápice nas “Jornadas de Junho” de 2013, como as performances utilizadas por eles (greves selvagens, recurso à violência, por fora das organizações tradicionais dos movimentos, etc.) se reproduziram nos “continuadores”, de certa maneira.

Barker, retomando Draper (1965), acrescenta a essa análise a percepção de que, em alguns casos, a “juvenildade” e “falta de experiência” dos “iniciadores” podem ser um incentivo para que eles se lancem à luta. Ou seja, sem a completa capacidade de perceber se e como poderiam vencer, os “iniciadores” providenciam os requisitos necessários para desencadear uma revolta repentina. Novamente, podemos fazer um paralelo com os operários de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, visto que, esses trabalhadores possuíam pouquíssima vivência anterior de mobilização, contando com o apoio de organizações e sujeitos mais experientes nas lutas sociais (Campos, 2016).

A crista da Onda: as “Jornadas de Junho” e o tsunami de greves

Ainda há muitas hipóteses e interpretações sobre os desdobramentos e significados das “Jornadas de Junho” e não é nossa intenção discuti-las aqui.⁴⁰ Se as greves na construção civil são a fase submersa da *Onda* brasileira de protestos e greves, quando o Movimento Passe Livre (MPL) coloca, junto com outros movimentos de esquerda, 20 mil pessoas nas ruas de São Paulo no dia 13 de junho, sendo duramente reprimido pela Polícia Militar, a situação se modifica e há momento de virada na conjuntura política e, na manifestação

³⁶ Rondônia.

³⁷ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí (RJ).

³⁸ Para mais informações sobre as greves selvagens na construção civil, cf. CAMPOS, 2023.

³⁹ O filósofo Vladimir Safatle também apontou nessa direção ainda no “calor” das “Jornadas de Junho”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2013/07/1311560-onde-tudo-comecou.shtml?loggedpaywall>>. Acessado em 13/2/2018. Além disso, Mattos (2014) também argumenta em sentido semelhante ao observar um “efeito bumerangue” entre os movimentos grevistas antes e depois das “Jornadas de Junho”.

⁴⁰ A título de exemplo, há uma polêmica acerca dos saldos das “Jornadas de Junho”: se é um prelúdio das manifestações “verde-amarelas”, deflagradas a partir de 2015 (SINGER, 2015; SANTOS; SZWAKO, 2016) ou um momento no qual a classe trabalhadora e a juventude precarizada das cidades saíram às ruas para apresentar suas reivindicações (BIANCHI; BRAGA, 2017).

seguinte, dia 17 de junho, convocada pelo MPL, 2 milhões de pessoas foram às ruas pelo país não “apenas por 20 centavos”⁴¹, mas por uma infinidade de outras reivindicações.

A demanda por mobilidade, melhoria nos transportes públicos e pela redução do preço das passagens de ônibus se desdobrou em lutas por melhorias na saúde e educação pública, envolvendo uma pluralidade de atores. Também adquiriu proeminência a *hashtag* “#nãovaitercopa”, em alusão à Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizada no Brasil. Ainda que seja uma pauta contínua no país⁴², o combate à corrupção começou a ganhar maior projeção ainda em 2013.

As “Jornadas de Junho” desestabilizaram o jogo político, institucional ou não. Apenas a título de exemplo, a aprovação da ex-presidenta Dilma Rousseff caiu 27 pontos percentuais em três semanas a partir daí, segundo pesquisa do Datafolha.⁴³ Ao perceber que perdera o controle sobre as pautas levantadas nas manifestações, o MPL retirou-se do segundo ato multitudinário no dia 20 de junho conjuntamente a outros movimentos e partidos da esquerda tradicional.⁴⁴

A disputa nas ruas evidenciou uma grande contradição entre os tipos de Estado almejados pelos participantes dos diversos protestos dessa “*Onda*”. Ao recorrer ao *frame* “educação, saúde e segurança *padrão FIFA*”⁴⁵, os manifestantes reivindicavam um Estado provedor, ou poderíamos dizer, uma política mais heterodoxa. Mas, quando a esquerda perdeu espaço nas ruas, o discurso neoliberal ortodoxo avançou, em detrimento da luta pelo Estado provedor. A partir de então, a pauta da corrupção ganhou centralidade, liderada por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o “Vem pra rua” (VPR) e outros movimentos de direita, liberais ou não⁴⁶.

Nesse sentido, parece-nos que este foi um momento de abertura social (BRINGEL; PLEYERS, 2015), na medida em que a efervescência social e política abriu espaço para as disputas de projetos nacionais, com dois polos principais (com ramificações e nuances específicas): de um lado, o Estado enquanto indutor da economia, provedor, heterodoxo, promotor de políticas de mitigação da desigualdade; e, de outro lado, a defesa de Estado neoliberal, economicamente ortodoxo e mínimo para os mais pobres.

Aqui parece-nos que a esquerda no governo, nomeadamente PT e PCdoB⁴⁷, teve dois comportamentos fundamentais para todo o desdobramento da *Onda*: 1) Haddad(PT), prefeito da cidade de São Paulo, defende em um primeiro momento a repressão violenta dos atos pela PM-SP⁴⁸ e permite que governador estadual Alckmin (à época, PSDB) anuncie a redução tarifa do transporte público; 2) Dilma faz pronunciamento nacional defendendo Reforma Política e combate à corrupção, incorporando as reivindicações da direita e não dialogando com as demandas da esquerda. Estas duas posturas abriram espaço para aprofundamento do desgaste da população com a esquerda e a possibilidade da direita surfar a *Onda*.

⁴¹ Palavra de ordem que se massificou pelo país, aludindo ao valor do aumento da passagem em São Paulo.

⁴² Apenas a título de exemplo, após a redemocratização, a corrupção foi pautada em 1992, no “Fora Collor”, em 2005, com o movimento “Cansei”, que reivindicava o *impeachment* de Lula pelo mensalão, fez parte das manifestações de 2013, e também do *impeachment* de Dilma.

⁴³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acessado em 07/11/2022.

⁴⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/movimento-passe-livre-sai-de-protesto-nao-levanta-bandeiras-8764635>>. Acessado em 07/11/2022.

⁴⁵ Em alusão aos estádios e às demais obras da Copa do Mundo FIFA (Federação Internacional de Futebol) 2014 que se aproximava.

⁴⁶ Foram eles que impulsionaram os atos pelo *impeachment* de Dilma em 2015 e 2016.

⁴⁷ Partido Comunista do Brasil

⁴⁸ Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Em meio à disputa desencadeada na crista da *Onda* em 2013, as centrais sindicais tentaram recuperar as posições perdidas, organizando greves gerais nos dias 11 de julho e 30 de agosto, mas os atos foram minoritários, não ganharam a projeção esperada, caracterizados como “Dias nacionais de lutas/paralisações”. Ainda que no primeiro dia, com forte influência dos “ventos de junho”, 3 milhões de trabalhadores tenham realizado greve (BRAGA, 2015), é possível afirmar que o movimento sindical e os partidos de esquerda passaram ao largo de “Junho” (Mattos, 2014). Tanto é que foram rechaçados por “populares” e militantes de extrema-direita que gritavam “Fora Partido/PT” para toda bandeira e faixa que levasse nomes de partidos⁴⁹, mesmo daqueles tradicionalmente presentes nas lutas, como o PSOL⁵⁰ e o PSTU⁵¹; além disso, esses setores não souberam dialogar com as inquietações que vinham das ruas, principalmente na questão da segurança e da corrupção.

O descontentamento que explodiu em junho de 2013 demonstrava a possibilidade de construção de uma greve geral no país que pudesse exigir do governo a adoção de uma perspectiva econômica mais heterodoxa e voltada para investimentos sociais, um Estado provedor. A greve geral não aconteceu na sequência, mas, inegavelmente, houve uma explosão de greves. Elas vinham aumentando nos anos anteriores e, em 2013, o banco de dados do DIEESE registrou 2.050 greves – recuperando os marcadores da década de 1980.⁵²

Adiantando uma informação, as greves que sucederam-se de 2013 a 2016, tiveram caráter, sobretudo, defensivo. A esquerda radical, fora do governo, principalmente PSTU e PSOL, não percebeu isso e acreditava se tratar de greves que podiam superar a Frente Neodesenvolvimentista pela esquerda, propondo um governo mais progressista, sem perceber que a classe trabalhadora já se mobilizava para defender posições mínimos, como pagamentos de salários.

Logo após as “Jornadas de Junho”, uma das cidades onde essas tiveram mais impacto, o Rio de Janeiro viveu uma grande greve dos profissionais da educação, que se estendeu por mais de 70 dias. Essa greve ficou marcada por dar continuidade aos atos massivos de rua como em junho, mas, principalmente, por recuperar uma estética semelhante a “Junho” e aos “*black blocs*”⁵³.

Nos meses seguintes, houve uma profusão de manifestações e greves pelo país, sendo aquelas que ganharam mais notoriedade as que se colocavam contra os efeitos colaterais dos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Às vésperas da Copa, os metroviários de São Paulo realizaram uma greve colocando em xeque todo o plano de locomoção para o evento, mas a forte repressão e a ilegalidade decretada pela Justiça permitiram ao governo do estado de São Paulo derrotar o movimento grevista.

Na sexta-feira de Carnaval de 2014, os garis do Rio de Janeiro roubaram a cena, deixando o lixo acumulado pelas ruas na maior festa popular do país. Também no primeiro semestre de 2014, os rodoviários de três capitais – Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro – tornaram-se notícia em nível nacional por realizarem greves por fora da estrutura sindical. Essa

⁴⁹ Paula Nunes, em Altman e Carlotto (2023) relembra que uma bandeira da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro Brasil) também foi queimada no dia 20 de junho de 2013 (NUNES, p. 39 e 40).

⁵⁰ Partido Socialismo e Liberdade.

⁵¹ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

⁵² Mattos (2016) faz referência a um “efeito *bumerangue*” entre as “Jornadas de Junho” e as greves posteriores. Como observa Mendonça (2017), não há uma relação direta causal, mas há referências nos discursos, na estética e no trabalho de base em níveis diferentes, conforme os perfis políticos-ideológicos dos sindicatos.

⁵³ A performance “black bloc” surgiu na década de 1980, na Alemanha, e ganhou evidência global a partir das manifestações de Seattle (EUA) em 1999, tendo como principais características a ação direta de destruição de símbolos do capital, como lojas, bancos e *outdoors* de grandes marcas.

categoria caracteriza-se nacionalmente pela precariedade, dificuldade de mobilização e por contradições no interior do movimento sindical, mas nesse momento consegue romper com esses entraves e colocar-se na luta por aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

A última greve de grande projeção aconteceu em 2015, quando os operários das obras do COMPERJ realizaram mais uma greve por fora da estrutura sindical – entrando em greve inclusive ao longo de toda a *Onda* de protestos. A obra foi profundamente afetada pela “Operação Lava Jato” e pelo desmantelamento da Petrobras.

Ainda no fim de 2015, as mulheres tomaram as ruas contra o Projeto de Lei nº5069, que dificultava ainda mais o acesso ao aborto legal no Brasil, inserindo-se assim no que ficou conhecido como “Primavera Feminista”, movimento que teve expressões em todo o mundo. E os estudantes de rede pública do estado de São Paulo ocuparam 200 escolas contra o fechamento de 94 escolas públicas; no ano seguinte, após o *impeachment*, em todo o país contra a primeira proposta de Reforma do Ensino Médio do governo Temer.

A arrebentação: as manifestações do movimento “verde-amarelo” e o Golpe de 2016

O cenário apresentado aqui, de uma economia que perde tração e gradativamente afunda-se em crise, aliado à proliferação de greves e protestos à revelia da direção petista, fizeram com que a burguesia se sentisse confortável para rifar a administração Dilma e tentar colocar um governo “puro sangue” em seu lugar, capaz de aplicar todo receituário neoliberal.

A primeira tentativa foi com a eleição de 2014, quando Dilma venceu por uma margem muito pequena e Aécio Neves (PSDB) exigiu recontagem dos votos, instilando um sentimento de desconfiança com o sistema eleitoral na opinião pública. A partir daí, iniciaram-se manifestações pedindo o *impeachment* de Dilma e até mesmo “intervenção militar”, convocadas por partidos de oposição e de direita, como PSDB, que contaram com a participação de novos movimentos sociais de direita, como MBL, VPR e outros, mas também de sindicatos ligados à CGTB⁵⁴ e Força Sindical – tendo Paulinho, deputado federal e principal figura dessa central, participado ativamente das manifestações. Essa central havia rompido com o governo Dilma antes da eleição e apoiado Aécio.

Em 13 de março de 2015, PT, PCdoB, CUT e CTB⁵⁵ realizaram as primeiras manifestações em apoio ao governo Dilma e contra o golpe, que ficaram muito aquém das que ocorreriam dois dias depois, com milhares de manifestantes do movimento “verde-amarelo” tomando capitais pelo país. Desse modo, o ano de 2015 é marcado por manifestações de ambos os lados, até que, em dezembro, Eduardo Cunha, presidente da Câmara, aceita o pedido de afastamento da presidenta justificado nas “pedaladas fiscais”. Assim, as demais centrais sindicais se veem obrigadas a se posicionar a partir de então: em dezembro de 2015, a NCST⁵⁶ coloca-se contra o *impeachment*, sem chamar de “golpe”; a Intersindical-Central se posiciona contrária, percebendo-o como golpe; já Intersindical-Instrumento⁵⁷ entendia que essa não era uma questão que cabia aos trabalhadores, algo muito parecido com o posicionamento da CSP-Conlutas⁵⁸, que afirmava que o *impeachment* não era suficiente, adotando o lema “nem Dilma, nem Aécio”, que posteriormente se transformaria em “Fora

⁵⁴ Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Ubiraci de Oliveira, presidente da CGTB à época, em ato realizado por sindicalista pró-impeachment às vésperas da votação na Câmara Federal, declara: “Chegamos à conclusão de que com a Dilma não dá mais. A gente vai para rua até derrubar”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/06/interna_politica,634872/sindicalistas-se-dividem-em-manifestacoes-pro-e-contra-governo-dilma.shtml. Acessado em 04/11/2022.

⁵⁵ Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

⁵⁶ Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

⁵⁷ Que não se organiza enquanto central sindical.

⁵⁸ Central Sindical e Popular – Conlutas.

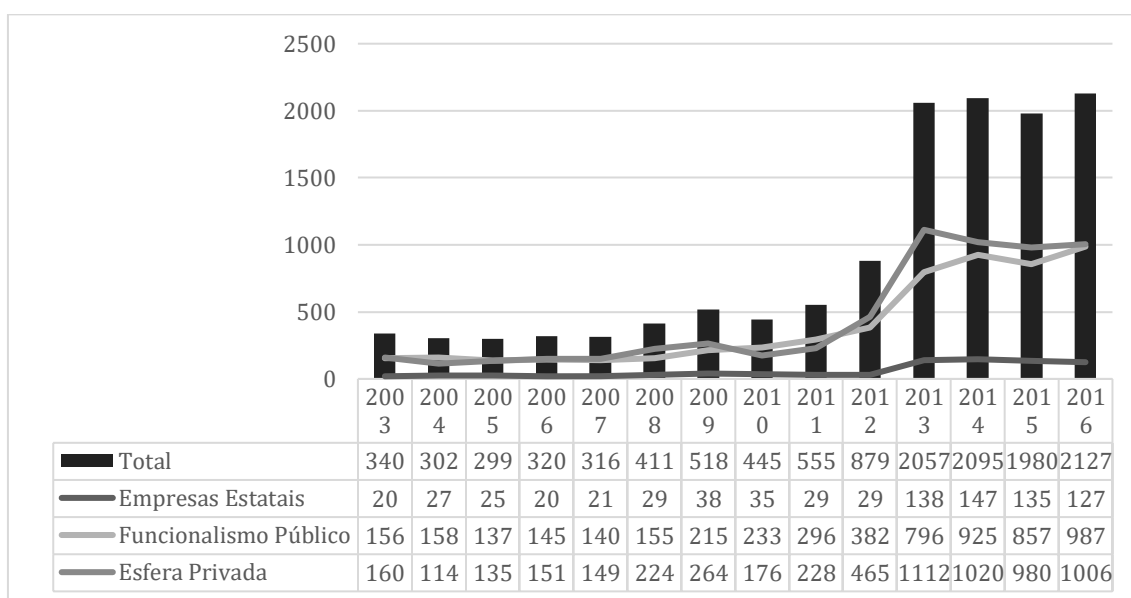
todos eles”. No outro campo, algumas lideranças da UGT⁵⁹, CSB⁶⁰ e CGTB se declararam a favor da impugnação de Dilma e participaram de atos, a exemplo do ato organizado por Paulinho da Força, em 8/4/2016.⁶¹

Apesar do posicionamento das centrais sindicais, é possível afirmar que as manifestações pró e contra *impeachment* passaram ao largo dos sindicatos, não existindo movimentações massivas de trabalhadores nos atos convocados pelas entidades sindicais. Mesmo CUT e CTB, que integravam a “Frente Brasil Popular” e “Frente Povo Sem Medo”⁶², tiveram dificuldades em mobilizar suas bases contrariamente ao golpe, não existindo qualquer greve ou paralisação de trabalhadores, nem mesmo nos dias de votação no Congresso Nacional.

6. Análise das greves

No Gráfico abaixo, elaborado a partir do SAG-DIEESE, podemos perceber que – com a exceção de 2009, ano subsequente a Crise Global – durante os primeiros governos de Lula, o Brasil registrou menos de 500 greves anuais, havendo intercalação entre as esferas públicas e privadas na dianteira das greves. A partir de um leve aumento em 2011, é nos governos Dilma que há verdadeiros saltos, primeiro de 2011 para 2012, e depois de 2013 mantendo-se próximo de 2000 greves anuais. Interessante notar que desde então, ocorrem mais greves no setor privado.

Gráfico 3 – Greves – Brasil (2003-2016)



Fonte: SAG-DIEESE – Elaboração Própria.

Ou seja, mesmo antes da explosão conflitiva das “Jornada de Junho de 2013” já havia uma movimentação e descontentamento nas bases das categorias, que não era percebida por analistas tampouco por atores políticos, ou seja, os “iniciadores” da fase submersa.

⁵⁹ União Geral dos Trabalhadores.

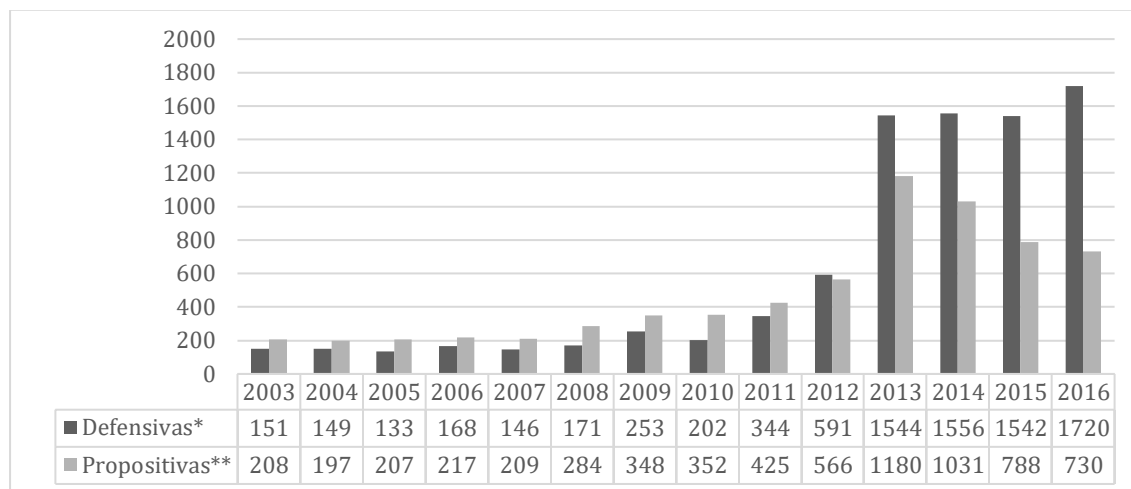
⁶⁰ Central dos Sindicatos Brasileiros.

⁶¹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/liderancas-partidarias-e-sindicalistas-fazem-ato-pelo-impeachment-em-sao>>. Acessado em 04/11/2022.

⁶² Essas frentes ganharam visibilidade e foram as responsáveis pelo movimento da maior parte dos ativistas para os atos e manifestações contra o golpe. A primeira incluía partidos e movimentos mais próximos do PT (PCdoB, PCO, MST, UNE), enquanto a segunda era capitaneada pelo MTST, PSOL, PCB e contava com a participação da Intersindical-Central.

Ao analisar o caráter das greves – se defensivas ou propositivas – percebemos uma inversão da tendência da década anterior, desde 2012 as greves por pagamento de salários atrasados, contra demissões e fechamentos de postos de trabalho, superam aquelas greves por conquistas de direitos e melhorias econômicas.

Gráfico 4 – Greves por caráter – Brasil (2003-2016)



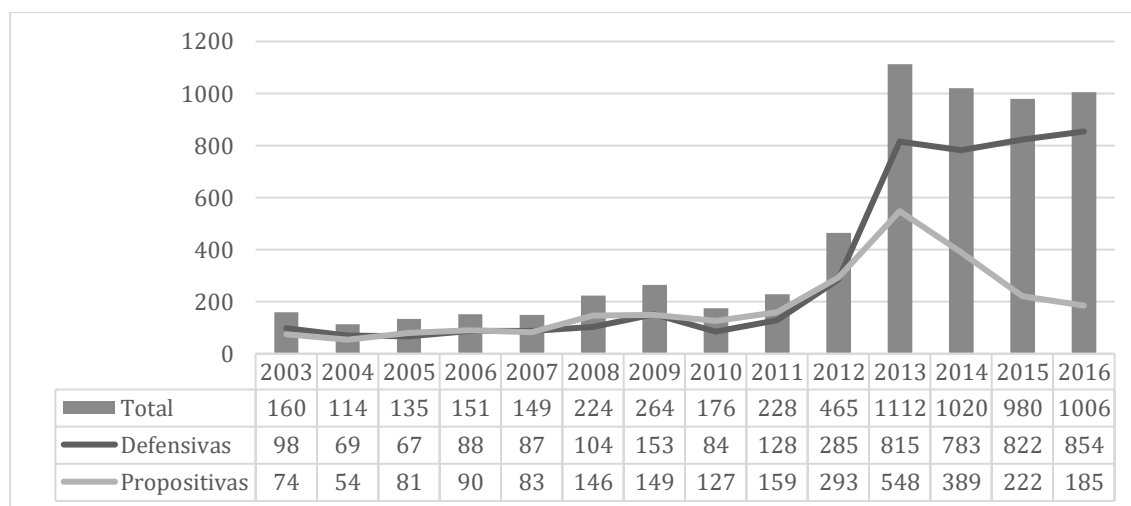
Fonte: SAG-DIEESE – Elaboração Própria.

*Segundo o DIEESE, são greves defensivas as que caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, de saúde e de segurança.

**Segundo o DIEESE, são greves propositivas as que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas

Decompondo os dados e observando o caráter das mobilizações no setor privado (Gráfico 5) – o mais ativo a partir de 2012 – percebemos, a partir de um relativo equilíbrio entre as greves defensivas e propositivas (2003-2012), há forte superação das lutas defensivas desde 2013.

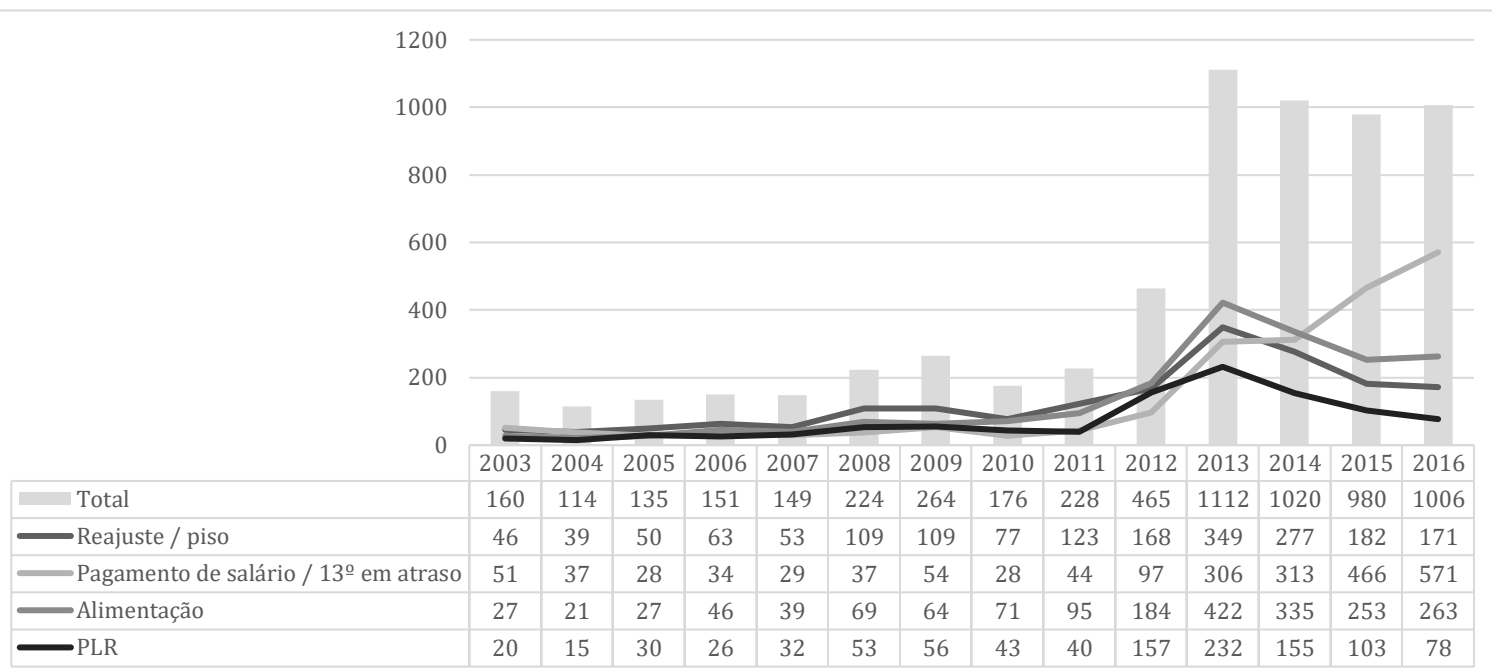
Gráfico 5 – Greves por caráter na esfera privada – Brasil (2003-2016)



Fonte: SAG-DIEESE – Elaboração Própria.

Se analisarmos as principais reivindicações, ainda que greves que pediam reajustes salariais tenham crescido, percebemos o progressivo aumento das mobilizações por pagamento de salário ou 13º em atraso mais acelerado que as demais reivindicações. Estes dois elementos combinados – caráter defensivo e pagamentos de salários atrasados – demonstra, inequivocamente, a crise econômica que se arvorava no país e a situação defensiva que a classe trabalhadora se encontrava em relação ao setor patronal. Essa correlação de forças até então não havia sido percebido pela esquerda, dentro ou fora do governo.

Gráfico 6 – Greves por reivindicação na esfera privada – Brasil (2003-2016)



Fonte: SAG-DIEESE – Elaboração Própria.

Por fim, se destrinchamos os setores econômicos da esfera privada, também percebemos a inversão da maior presença das greves na indústria para serviços a partir de 2013⁶³. Vale notar que as greves na indústria estabilizam entre 2013-2016 em patamares superiores a antes de 2011, mas a participação no total reduz drasticamente: 57% em 2011 para 28% em 2016.

Por fim, um elemento importante para percebermos o momento – mais ou menos favorável – do sindicalismo é a distribuição dos reajustes salariais comparada à inflação do período. Como podemos observar no Gráfico 8, desde 2004⁶⁴, o Brasil registra um aumento dos acordos acima do INPC-IBGE⁶⁵, culminando, em 2012, com 93,6% dos acordos superiores à inflação. Contudo, em 2013, esse número oscila para baixo (86%) – daí a explicação de Linhares (2015) sobre os setores tradicionalmente menos mobilizados –, no ano seguinte, oscila para cima de novo, com 90,4% de acordos fechados com ganhos reais de salário para os

⁶³ A bem da verdade, em 2013, os setores da indústria e serviços praticamente empatam

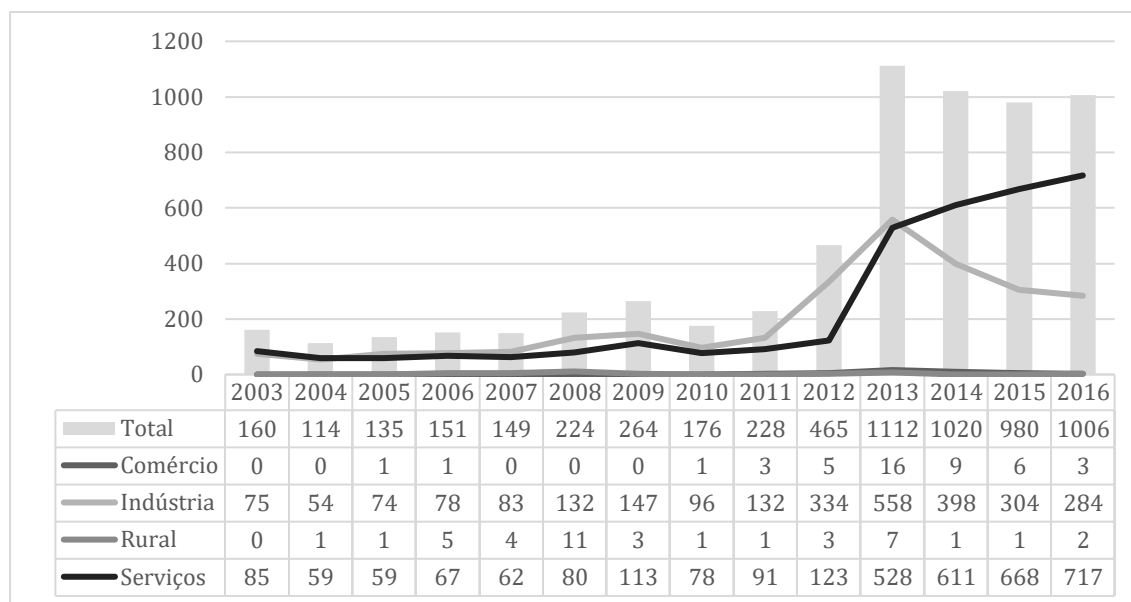
⁶⁴ Com exceção de 2008 e 2009, anos de maior impacto da crise econômica mundial.

⁶⁵ Índice Nacional de Preços ao Consumidor calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), observação a tendência de inflação no país em determinado períodos.

trabalhadores. No entanto, é a partir de 2015 que o cenário se deteriora de vez, perfazendo apenas 18,9% dos acordos coletivos reajustados acima do INPC-IBGE.

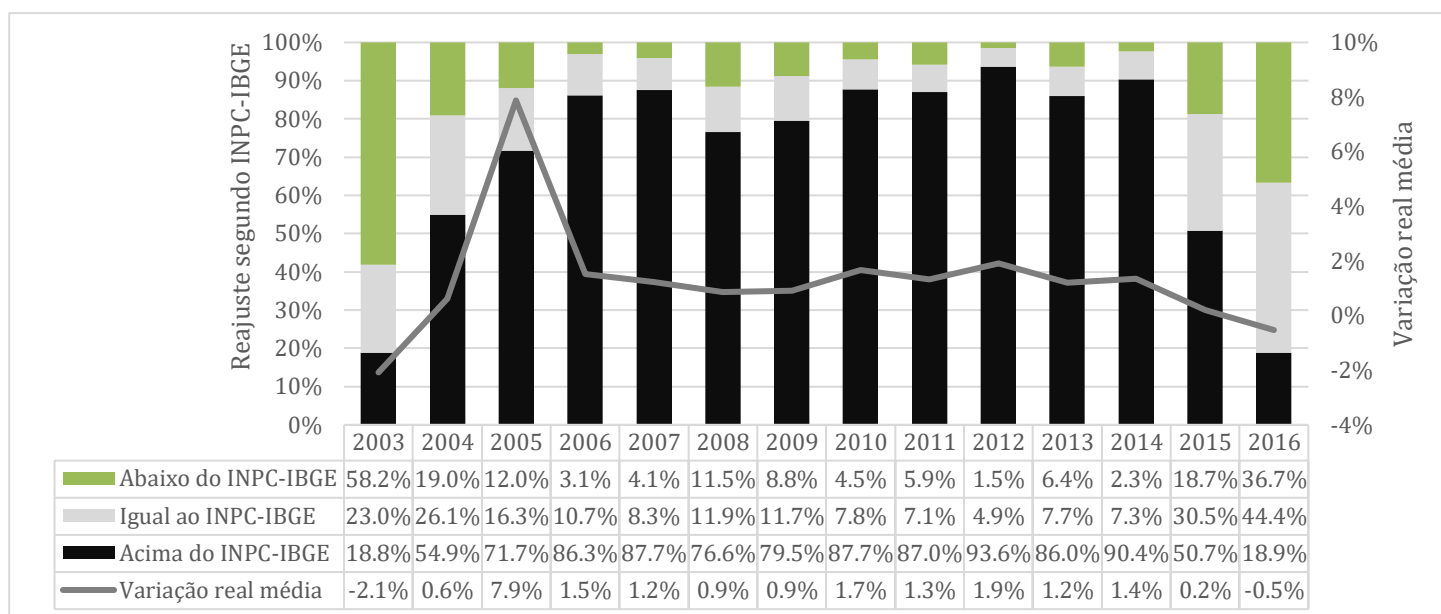
Resumidamente, essa *Onda* de Greves foi marcada por uma inversão das tendências da década anterior. Foram paralisações de setores tradicionalmente menos mobilizados e na defensiva. A marca dessa *Onda* foram greves no setor de serviço privado por pagamento de salários e 13º atrasados. Por fim, em 2015 e 2016 há uma diminuição significativa do reajustes salariais acima da inflação.

Gráfico 7 – Greves na esfera privada por setor econômico – Brasil (2003-2016)



Fonte: SAG-DIEESE – Elaboração Própria.

Gráfico 8 - Distribuição dos reajustes salariais comparados com o INPC-IBGE, e sua variação real média no Brasil – 1996 a 2016



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Salários - DIEESE – Elaboração Própria.

Conclusão

O desenrolar dos acontecimentos no Brasil após esta *Onda de Protestos e Greves* – a saber, golpe jurídico-parlamentar de 2016 e ascensão do governo proto-neofascista de Jair Bolsonaro (2018-2022) – abriu um debate nas ciências sociais e, sobretudo, na esquerda brasileira se protestar em governos progressistas seria “perigoso demais”, como se lutar por melhores condições de vida e trabalho pudesse fortalecer o campo adversário. Acreditamos que este é um erro analítico e político, e o exemplo brasileiro ajudar a exemplificar.

Entre 2011 e 2016, houve a abertura de disputa de projetos distintos: de um lado, a classe trabalhadora e a juventude urbana reivindicando mais direitos, melhores condições salariais e de vida – ou seja, mais Estado; de outro, estratos médios da sociedade, pequena burguesia e a burguesia de conjunto, demandando menos Estado, diminuição de impostos, privatização de empresas públicas e contra a “velha política”⁶⁶.

O resultado final de uma *Onda de Protestos e Greves* não está dado no seu início. Afinal, é uma disputa aberta, com múltiplos atores, repertórios e demandas. Acontece que no Brasil, o campo progressista foi derrotado, e, acredito, como consequência de suas próprias ações. Primeiro, a política econômica da Frente Neodesenvolvimentista manteve o caráter primário-exportador do Brasil, com baixo valor agregado e pouco diversificado, gerando empregos de baixa remuneração e escolaridade, e assim tornando a economia do país dependente de setores como o agronegócio e construção civil.

Além disso, a esquerda no governo não soube dar vazão às demandas expressas pelos manifestantes; enquanto, um setor reivindicava mais Estado, o governo Dilma atendeu às demandas do outro setor por menos Estado. Já a esquerda radical, não conseguiu ler o caráter defensivo daquelas manifestações, principalmente, das greves, e radicalizou como se

⁶⁶ Interessante notar, como faz Boito (2020), essa defesa contra a “velha política”, é, na verdade, a crítica à política parlamentar, à própria democracia burguesa.

fosse superar a Frente Neodesenvolvimentista à esquerda, com um governo mais progressista.

A conjunção desses elementos abriu espaço para discursos liberais, antipolítica e reacionários; na contraface, a direita e, sobretudo, a extrema-direita soube interpretar a disputa colocada entre 2011 e 2016, apresentando um projeto de país conservador, privatista e que nega a democracia representativa. Evidentemente, contando com o “terrorismo econômico” da grande burguesia e do apoio ideológico da grande mídia, que havia decidido encerrar a frente desenvolvimentista, a partir da crise econômica aguçada pelo ziguezague econômico do governo Dilma Rousseff.

Referências

- ALTMAN, B.; CARLOTTO, M.C. (Org.). (2023) *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.
- ARAÚJO, A.M.C; OLIVEIRA, R.V. (2014) O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, R.V.; BRIDI, M.A.; FERRAZ, M. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. (pp.29-60) Fino Traço.
- BARKER, C. (2014) “O movimento como um todo”: ondas e crises. *Revista Outubro*, n.22, p. 5-34. <https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-22-Artigo-01.pdf>
- BOITO JR., A. (2018) *Reforma e crie política no Brasil - os conflitos de classe nos governos do PT*. Editora Unicamp e Editora Unesp.
- BOITO JR, A. (2021) O lugar do conceito de fascismo na teoria marxista do Estado. *Crítica Marxista* (SÃO PAULO), 11-32. DOI: [10.53000/cma.v28i53.18901](https://doi.org/10.53000/cma.v28i53.18901)
- BOITO JR., A; MARCELINO, P. (2010) O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, 323-338. DOI: [10.1590/S0103-49792010000200008](https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200008)
- BRAGA, R. (2015) *A Pulsão Plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. Alameda.
- CAMPOS, C. (2016) *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, IFCH-UNICAMP. Campinas]. 201p. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1628542>
- CAMPOS, C. (2023) *As greves selvagens na onda de protestos do Brasil (2011-2016)*. [Doutorado em Ciências Políticas, IFCH- UNICAMP. Campinas] 360p. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/19571>

- CARDOSO, A. M. (2003) *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. Boitempo.
- CARVALHO, L.(2018) *Valsa brasileira*. Todavia.
- DELLA PORTA, D. (2015) *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Polity Press.
- FONTES, V. (2020). Prefácio na tragédia da pandemia. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Navegando Publicações, 11-18.
- GALVÃO, A. (2012) A reconfiguração do movimento sindical no Governo Lula. In: BOITO, A; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. Alameda, p. 187-221.
- IPEA. (2010) *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*. Ipea. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2288>
- KOWARICK, L. (1975) *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Paz e Terra.
- MARCELINO, P. (2017) Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, 201-227. DOI: [10.11606/0103-2070.ts.2017.125952](https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125952)
- MARCELINO, P.; GALVÃO, A. (2020) O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora. *Tempo Social* (Online), 157-182. DOI: [10.11606/0103-2070.ts.2020.167468](https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.167468)
- MATTOS, M.B. (2014) As lutas da classe trabalhadora no Brasil dos "mega-eventos". *Observatório Social da América Latina - OSAL*. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Argentina. <https://portal.amelica.org/ameli/journal/68/6823013/6823013.pdf>
- MATTOS, M.B. (2016) Novas formas de protesto social e velhos caminho de luta da classe trabalhadora: encontros e desencontros. Um estudo a partir do caso brasileiro recente. In: CORBERA, M.M.; SAMPERE, X.D.; MUNTADA, R.M. (Orgs.). III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict. Proceedings, pp. 1140-1152.
- MCADAM, D. (1995) 'Initiator' and 'spin-off movements': diffusion processs in protest cycles. In: TRAUGOOT, M. (Org.). *Repertoires and Cydes off Colletive Action*. Duke University Press.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. (2009) Para mapear o confronto político. *Lua Nova* (On-line), 11-48. DOI: [10.1590/S0102-64452009000100002](https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002)
- NORONHA, E.G. (2009) Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*. [10.1590/S0102-64452009000100005](https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100005)
- NUN, J. (1978) Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. (org). *Populações Marginais*. Duas Cidades.
- OLIVEIRA, N.C. (2010) *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)* [Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, IFCH-UNICAMP. Campinas]. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1612400>

- SANTOS, F.; SZWAKO, J. (2016) Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, 114-121. [10.1590/0103-11042016S10](https://doi.org/10.1590/0103-11042016S10)
- SINGER, A. (2015) Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos CEBRAP*, 43-71. doi.org/10.25091/S0101-3300201500020004
- TARROW, S. (2009) *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Editora Vozes.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. (2014) Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*, 35-62. [10.5007/2175-7984.2014v13n28p35](https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35)
- TATAGIBA, L; GALVÃO, A. (2019) Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, p. 63-97. [10.1590/1807-0191201925163](https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163)
- VOLPON, T. (2014) Brazil: Dilma 2.0. *Nomura Economic Insights: Emerging Markets*. Global Markets Research.